

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - http://www.cmm.pr.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 14265/2017

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Institui a Política de Desenvolvimento do Turismo Rural em Maringá.

- Art. 1.º Fica instituída, no Município de Maringá, a Política de Desenvolvimento do Turismo Rural.
- Art. 2.º Considera-se Turismo Rural o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades.
 - Art. 3.º São diretrizes da Política de Desenvolvimento do Turismo Rural:
- I prioridade em ações voltadas para a parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada, a população local e flutuante, as associações de moradores e de produtores rurais, as organizações não-governamentais, a comunidade científica, as autarquias e fundações públicas e demais instituições dos Governos Municipal, Estadual e Federal;
- II compatibilização das atividades do Turismo Rural com os princípios do desenvolvimento sustentável, promovendo:
- a) o resgate e/ou a preservação dos valores culturais, históricos e do meio ambiente na propriedade rural e no seu entorno;
- b) o estímulo da manutenção das atividades agropecuárias na propriedade rural e no seu entorno;
- c) o incentivo à utilização de mão-de-obra local e dos produtos da região do seu entorno pelo empreendedor do Turismo Rural;
- d) o incentivo à preservação das características dos serviços e equipamentos oferecidos em uma propriedade rural.
- III conscientização da população local sobre a importância do Turismo Rural, bem como a sua motivação e capacitação para a realização da atividade, por intermédio das instituições habilitadas;
 - IV a preservação e o combate da poluição do meio ambiente;
- $\mbox{$V-$}$ a geração de emprego e renda, além da geração de atividades que visem à promoção do desenvolvimento econômico rural.
- Art. 4.º Poderão ser concedidos incentivos financeiros a empreendimentos de Turismo Rural, além de estabelecimento de parcerias público-privadas para a promoção do Turismo Rural, desde

que apresentem projetos, definição de metas, cronograma de implantação e documentação comprobatória de adequação do empreendimento às exigências contidas nesta Lei.

- § 1.º Os incentivos de que trata este artigo serão concedidos em forma de financiamento por fundos públicos de investimentos, concessão de crédito especial, prêmios, empréstimos e outras modalidades de incentivos a serem estabelecidos pelo Poder Executivo.
- § 2.º Para a concessão de incentivos previstos no § 1.º deste artigo serão priorizados projetos que contemplem os requisitos dispostos no inciso II do artigo 3.º desta Lei.
 - Art. 5.º Compete ao Poder Público Municipal e/ou através de parceria público-privada:
- I a realização de campanha de divulgação do potencial turístico rural do Município de Maringá;
- II a confecção de material didático promocional e informativo relativo aos princípios desta Lei, bem como disposição de informações no portal oficial do Município na *internet* e nas redes sociais;
- ${
 m III}$ a concessão de certificado de empreendimento de Turismo Rural de qualidade, conforme critérios a serem definidos em regulamento próprio, a ser elaborado pela Secretaria Municipal competente.
- **Art. 6.º** Preferencialmente, o Poder Executivo indicará uma rota de propriedades rurais que exploram as atividades de Turismo Rural, fixando placas indicativas, divulgando no portal oficial do Município na *internet* e nas redes sociais.
- **Art. 7.º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
 - Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 07 de julho de 2017.

ONIVALDO BARRIS Vereador-Autor



Documento assinado eletronicamente por **Onivaldo Barris**, **Vereador**, em 17/11/2017, às 15:50, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica informando o código verificador **0057286** e o código CRC **E98DCE8C**.

17.0.000005850-5 0057286v2